

Carlos Lima*

Assim como nas religiões vemos o homem escravizado pelas criaturas de seu próprio cérebro, na produção capitalista o vemos escravizado pelos produtos de seu próprio braço.

Karl Marx

Resumo

O trabalho *Necessidades humanas e sua negação* é composto de quatro partes. Na introdução discutimos, *en passant*, diferenças relativas ao trabalho entre sociedades pré-capitalistas e capitalistas. O tópico posterior põe a questão do Estado como parte integrante e necessária para a consecução da sociabilidade humana. Ao mesmo tempo salientamos a contribuição do Estado para a negação da emancipação humana sob o domínio do capital. Em seguida discutimos a produção de mercadorias não como necessidade humana mas, sim, como necessidade do capital. Finalmente, analisa-se a produção de não-mercadorias como negação maior das necessidades humanas.

Palavras chaves: Necessidades humanas; emancipação humana; mercadoria; não-mercadoria; trabalho improdutivo-destrutivo.

INTRODUÇÃO

* Doutor em Economia por Paris I, Panthéon/Sorbonne, Professor/Pesquisador da Universidade de Brasília (UnB). É orientador de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Departamento de Serviço Social da UnB. Pertence ao Grupo de Pesquisa Politiza com certificado do CNPQ.

E-mail: karlima@terra.com.br

A cena inicial do filme **2001 Uma Odisseia no Espaço**, de Stanley Kubrick, é deveras instigante. Um grupo de macacos refestela-se prazerosamente quando outro conjunto de símios aparece e investe contra eles a fim de participar da comilança. O primeiro grupo de macacos procura defender sua comida ameaçada com a chegada de tais intrusos. O confronto se instala entre os dois grupos. Um dos macacos do grupo agredido, que estava com uma tibia na mão, dá uma porretada ‘tibiesca’ na cabeça de outro pertencente ao grupo agressor que cai no chão desmilinguido. Vem outro e a mesma cena se repete. O macaco ‘tibiesco’ olha para a tibia um tanto ou quanto espantado. Uns três ou quatro macacos são abatidos dessa forma. Os símios agressores batem em retirada, perplexos com o que acabavam de ver. O macaco que segurava a tibia fica para ela olhando, surpreso, sem muito entender e a joga algumas vezes para cima tornando sempre a pegá-la no ar. De repente, a tibia que é lançada para o alto, fazendo circunvoluções, transforma-se em uma nave espacial. O diretor Kubrick, em frações de minuto, *põe*, para nós, todo o processo de desenvolvimento humano que vai da utilização da tibia, como possível instrumento de produção, à nave espacial contemporânea. Há, aí, uma clara/velada tese materialista na qual o homem é o produto do desenvolvimento do macaco pelo trabalho,¹ conforme conhecido artigo de Engels.² Logicamente esta transformação implica no aparecimento da fala e,

Um dia, que foram certamente milhões de dias, um ser percebeu que os seus gritos, seus uivos, seus berros, seus risos, seu choro e as imitações dos outros sons que aprendera a fazer, podiam ser entendidos e respondidos por outros barulhos feitos por seres de sua espécie. Ele sabia que aqueles sons estavam ligados ao seu trabalho, aos produtos de seu trabalho, aos objetos materiais do mundo. Pelo trabalho, ele produziu a linguagem e o trabalho e a linguagem produziram o homem e o estão modificando continuamente. No princípio era a ação; a ação e o trabalho se fizeram verbo e habitaram entre nós.³

Viver é conviver. É exatamente no processo sociometabólico homem-natureza que o homem se produz enquanto ser. É no processo de trabalho que o homem produz objetos para satisfazer suas necessidades e, ao mesmo tempo, se produzir enquanto ser humano. Para viver os homens têm necessidade de transformar a natureza por meio de

¹ Ver a respeito LIMA, Carlos. Globalização e fala humana no contexto neoliberal – uma introdução, In, *Educação: nave do futuro*, PA, labor editorial, 2000.

² ENGELS, F. – A Humanização do Macaco pelo Trabalho, In, *Dialética da Natureza*, RJ, Ed. Leitura, s/d.

³ CAMPOS, Lauro – Palavras Utópicas em Resgate do Homem Cindido, In, *Escritos Censurados*, Brasília, 1996, p. 168.

instrumentos do processo de trabalho. Três são os elementos fundamentais que marcam a sociabilidade humana visando sua produção e reprodução social: a) os instrumentos de trabalho; b) o objeto de trabalho; e c) a força produtiva por excelência, a força de trabalho. Essa produção humana é contraditória posto que implica uma constante tensão entre os elementos do processo de trabalho.

O homem necessita constantemente transformar a natureza para dela se apropriar a fim de melhor se estabelecer no espaço, produto de sua luta cotidiana pela vida. A relação sociometabólica homem-natureza *põe* como elemento fundante do desenvolvimento social, o trabalho humano. É por meio dele que o homem se faz homem. O trabalho é atividade gregária, social. No processo de produção o homem tece relações sociais as mais diversas que vão desde o escravismo, passando pelas relações servis até chegar ao trabalho assalariado que se constitui na relação social predominante do mundo de hoje, século XXI. Dessa forma, as relações sociais de produção possuem um longo percurso histórico que é o de seu desenvolvimento e crise. Tal percurso implica, por outro lado, um acentuado desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, dos instrumentos de trabalho, da utilização de novas matérias primas e matérias auxiliares retiradas do objeto de trabalho. Isso significa maior dominação do homem sobre a natureza, ou seja, ao invés de ser por ela dominado o homem passa a dominá-la. Este fato só ocorre porque o processo de trabalho não é harmônico e, sim, profundamente conflitivo, contraditório e antagônico. Dessa forma há, como que, um tensionamento entre os elementos que constituem o processo de trabalho em geral. Da mesma forma em que as relações de produção se desenvolvem, as forças produtivas também o fazem. Assim, o trabalho assalariado é um produto histórico da mesma forma que o trabalho servil e o trabalho escravo. É inteiramente impensável a produção de foguetes supersônicos em uma tribo indígena. As relações sociais ali incrustadas, não podem produzir tal tecnologia. Então, existe uma relação dinâmica entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, ou seja, quando aquelas correspondem a estas há, como que, um desenvolvimento mútuo mas, no processo histórico, chega um determinado momento em que as relações sociais de produção se constituem em freio para o desenvolvimento das forças produtivas e, então, essa dinâmica contraditória se interverte provocando a crise que pode levar à necessária supressão das relações sociais até então estabelecidas.

Marx abre O Capital fazendo as *determinações* da forma social mais simples e elementar da riqueza na sociedade burguesa, qual seja, a mercadoria. Esta, além de ser a unidade contraditória do valor de uso/valor de troca implica na divisão objetivada do trabalho humano em meios de consumo e meios de produção. As sociedades pretéritas ao modo de produção capitalista no circuito produção/consumo não produziam para a troca, ou seja, a produção humana era voltada para o atendimento dos carecimentos da família, do grupo social, da comunidade. Nessas sociedades o resultado do trabalho humano assumia a forma social *produto*. A *determinação* do trabalho humano era, portanto, o valor de uso. Neste sentido, a reprodução ampliada nas formações econômico-sociais pré-capitalistas atendia a dois requisitos essenciais: a reprodução técnica, ou seja, a manutenção e, mesmo, aumento dos meios de produção necessários ao processo reprodutivo e a reprodução das classes sociais. A acumulação, nas sociedades onde o valor de uso é prevalente, se dá de forma inteiramente diversa da que ocorre no modo de produção capitalista. Mészáros em interessante artigo nos alerta a esse respeito:

As formas precedentes de intercâmbio produtivo entre os seres humanos e com a natureza eram, em seu conjunto, orientadas pela produção para o *uso*, com um amplo grau de *auto-suficiência* como determinação sistemática. Isso lhes impôs uma grande vulnerabilidade frente aos flagrantemente diferentes princípios de reprodução do capital já operativos, mesmo que inicialmente em uma escala muito pequena, nas fronteiras dos antigos sistemas. Pois nenhum dos elementos constitutivos do sistema orgânico do capital que se manifestava dinamicamente necessitou alguma vez ou foi capaz de, confinar a si próprio às restrições estruturais da auto-suficiência.

O capital, como um sistema de controle do metabolismo social pôde emergir e triunfar sobre seus antecedentes históricos abandonando todas as considerações às necessidades humanas como ligadas às limitações dos “valores de uso” não quantificáveis, sobrepondo a estes últimos — como o pré-requisito absoluto de sua legitimação para tornarem-se objetivos de produção aceitáveis — o imperativo fetichizado do “valor de troca” quantificável e sempre expansível. É desta maneira que surgiu a forma historicamente específica do sistema capitalista, sua versão capitalista burguesa.⁴

Na sociedade dominada pela *relação capital* a contradição valor de uso/valor de troca assentada na contradição trabalho privado/trabalho social se desenvolve e o processo de seu desenvolvimento é sua transformação qualitativa na contradição produção/consumo. Dessa forma os meios de produção e a força de trabalho sofrem uma modificação qualitativa ao ter,

⁴ Mészáros, I. *A crise estrutural do capital*, www.revistaoutubro.com.br pp.8-9.

necessariamente, que funcionar como capital, ou seja, capital constante e capital variável nas mãos do *funcionário do capital*.

2 – A Questão judaica: o Estado

É com Marx que surge uma perspectiva crítica em relação à concepção burguesa de Estado e, por conseguinte, da democracia burguesa no liberalismo. Isso se dá no século XIX, após a revolução francesa.

Em seu livro *A Questão Judaica*, Marx demonstra a relação concreta entre sociedade civil (entendida como o conjunto das relações socioeconômicas) e sociedade política (a superestrutura estatal). Diferentemente do pensamento liberal que via essas duas esferas separadas, Marx vai mostrar a conexão entre sociedade política e sociedade civil como constituindo uma relação dialética necessária. Neste momento do pensamento marxiano temos que a primeira seria uma expressão da segunda. Para ele as relações sociais de produção constituem a estrutura econômica da sociedade, ou seja, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídico-política. Nesse sentido, não é o Estado que explica a sociedade civil, mas aquele deve ser explicado a partir desta.

Nesta época, 1843, o Estado alemão ainda se apresentava como Estado cristão e sua análise, por Marx, na obra citada, foi uma resposta ao neo-hegeliano de esquerda Bruno Bauer, teólogo, que teorizava a questão judaica como sendo um problema eminentemente teológico, religioso, ou seja, um problema entre o cristianismo e o judaísmo. A consequência disso é que o Estado cristão não poderia emancipar o judeu. O ponto fundamental na proposição deste pensador é que o judeu renuncie a ser judeu e o homem renuncie à religião para ser emancipado.

Marx ao iniciar sua crítica a Bauer transforma a questão judaica em uma questão geral da época e mostra que a luta religiosa é apenas a forma por meio da qual a *luta de classes* se manifesta. A perspectiva marxiana se constitui, inegavelmente, em um salto qualitativo relativamente ao pensamento “baueriano” quando analisa, com fatos e argumentos, que a oposição religiosa é aparentemente contraditória e que a contradição real se concentra no desenvolvimento ainda acanhado do Estado. Marx deixa claro que

este precisa ainda atingir seu pleno desenvolvimento, ou seja, deixar de ser Estado da religião cristã para ser Estado democrático.

O problema é que o Estado burguês permite a existência da religião, o que mostra que a existência desta não se opõe ao aperfeiçoamento do Estado. Sendo assim, a questão religiosa mostra a limitação secular do Estado. Assim, Marx, com a acuidade que lhe era peculiar, transforma a contradição entre Estado e religião na contradição entre o Estado e suas pressuposições em geral, ou seja, a religião tem de deixar de ser religião de Estado para se transformar em mais um dos *pressupostos privados* do Estado burguês.

A emancipação política não significa, de forma alguma, emancipação humana.⁵ Para Marx o problema das relações entre emancipação política e religião se transforma no problema das relações da emancipação política com a emancipação humana.

A contradição entre o Estado e a religião em geral é, então, convertida na contradição entre o Estado e seus pressupostos privados. Dessa forma, a emancipação política do homem religioso se efetiva quando o Estado se emancipa da religião de Estado. Em outros termos, o Estado pode tornar-se livre sem que o homem o seja.

Ao referir-se à questão do sufrágio universal que implica na supressão do aspecto riqueza no que concerne ao direito de voto, Marx mostra que isso significa a abolição política da propriedade privada. As diferenças sociais, culturais são supressas pelo Estado ao proclamar, na letra jurídica, a igualdade de todo o povo. Ao mesmo tempo o Estado deixa intacta a propriedade privada, as diferenças aludidas etc., deixando-as atuar a seu próprio modo, ou seja, privadamente. Longe de o Estado abolir as diferenças de fato existentes na sociedade burguesa, ele só existe sobre tais premissas. É exatamente a divisão entre os pressupostos privados do Estado e o próprio Estado que representa a emancipação política tanto deste quanto a dos indivíduos.

⁵ “No seu primeiro artigo sobre a questão judaica, Marx já se coloca como finalidade examinar as relações entre a emancipação política e a emancipação humana [...]. De passagem ele junta o dinheiro à propriedade privada como fonte da alienação humana. Mas ele descobre ao mesmo tempo o trabalho, o trabalhador, o proletário, enquanto encarnação dessa humanidade alienada que se trata de emancipar. E na sua *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito*, ele fará desse proletariado, o autor de sua auto-emancipação, que se torna pelo fato mesmo a emancipação da humanidade inteira”. MANDEL, E. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*, RJ, ZAHAR, 1968, p.17.

No momento em que o homem busca emancipar-se politicamente, o Estado deve abolir a religião. Ao proclamar-se Estado cristão, o Estado assume uma atitude excludente com relação às demais religiões mas, ao mesmo tempo, mostra o seu caráter de Estado não acabado. É só no Estado ateu, democrático, que o Estado se apresenta sob forma acabada, posto que ao tornar-se ateu, *põe* a religião entre os pressupostos privados de sua existência.

Segundo Marx, é porque o homem pode libertar-se politicamente permanecendo preso à alienação religiosa que a emancipação política não significa emancipação humana.

Marx faz uma crítica às questões dos direitos humanos e da democracia burguesa apresentando suas limitações, a partir do momento em que essas questões se estruturam exatamente para garantir a reprodução dos que detêm os meios de produção e de subsistência. É através dos conceitos de liberdade, igualdade, segurança e propriedade que o Estado se reproduz. Para Marx os direitos do homem só podem ser exercidos em comunidade com outros homens. Esses direitos são os direitos de cada membro da sociedade burguesa, isto é, do homem cindido, alienado, que se encontra separado do outro homem e da comunidade. Assim, a emancipação política não significa a conquista da liberdade e dos demais direitos. Ao contrário, em vez de o homem libertar-se da religião, da propriedade privada etc., ele aliena-se adquirindo a liberdade religiosa, a liberdade da propriedade etc.

Em um outro momento histórico, pós-2ª GM, ao discutir a crise social e intelectual da democracia, Lukács localiza a gênese desta nas contradições entre liberdade e igualdade políticas e liberdade e igualdade reais entre os homens. Vale a pena reproduzir o que assevera o pensador húngaro:

Foi preciso que a liberdade e a igualdade formais se instaurassem na vida social para que seu caráter contraditório se convertesse no ponto de cristalização de todas as agrupações político-sociais –e, por isso ideológicas –do século XIX. [...]

Enunciemos, rapidamente, esses estádios: o cristianismo estabeleceu a igualdade das almas humanas diante de Deus; a Revolução Francesa, a dos homens abstratos diante da lei; o socialismo realizará a igualdade dos homens concretos na vida real. Estes três movimentos, por mais diferentes que sejam, sempre conceberam a igualdade como um requisito indispensável para um verdadeiro desenvolvimento da personalidade – e jamais como sua destruição. Filosoficamente, a reinterpretação do materialismo e o seu desenvolvimento no

pensamento marxista trazem como novidade a concepção de que a liberdade e a igualdade não são simples ideais, mas formas concretas da vida dos homens, relações concretas entre eles, ou seja, relações concretas com a sociedade e, mediadas por esta, com a natureza; a realização da liberdade e da igualdade exige, portanto, a necessária transformação das condições sociais das relações humanas.⁶

3 - Da produção de necessidades humanas: as mercadorias

Ora, como salientado anteriormente, é o trabalho, por meio da dominação da natureza, que propicia a possibilidade de maiores e melhores condições de vida durante o desenvolvimento do processo produtivo fundado na produção de valores de uso. Foi o desenvolvimento do trabalho coletivo que propiciou a generalização da produção de mercadorias. A dissolução das sociedades pretéritas pela nova forma de riqueza social, o dinheiro, evidencia a *determinação* do trabalho humano na sociedade mercantil capitalista: o valor de troca. Ressalta do exposto que são as relações de produção no processo produtivo, o ponto nodal para a explicação da vida⁷ que não se restringe à economia, mas abarca a totalidade concreta em que se constituem as formações econômico-sociais. Quanto mais desenvolvidas são as relações de produção e as forças produtivas, mais complexas e completas são as sociedades. A formação econômico-social em que vivemos é a sociedade dominada pelo capital. Existe aí uma clivagem social entre os proprietários dos meios de produção e de subsistência e os não proprietários desses mesmos meios que aponta para uma luta incessante entre essas duas classes sociais. Não resta dúvida que a sociedade capitalista se desenvolveu e esse seu processo implicou a produção de mercadorias, ou seja, a vida dos homens passou a depender do poder social que têm no bolso (MARX). A produção humana agora é feita para a troca no mercado e não mais para o atendimento das necessidades da sociedade, das necessidades humanas. Isso só pôde ocorrer por causa do inusitado

⁶ LUKÁCS, György. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*, RJ, UFRJ, 2007, pp.27-28.

⁷ “É do papel dominante das relações de produção sobre as forças produtivas e o processo de trabalho que decorre o papel constitutivo das relações políticas e das relações ideológicas na determinação estrutural das classes sociais. As relações de produção e as relações que as compõem (propriedade econômica/posse) se traduzem sob a forma de *poderes* que delas *decorrem*, em suma, pelos *poderes de classe*: como tais, estes poderes são constitutivamente ligados às relações políticas e ideológicas que lhes consagram e legitimam.” POULANTZAS, N. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd’hui*, Paris, Seuil, 1974, p. 18. (Tradução livre, CL). Grifos do autor.

desenvolvimento socioeconômico. Essa forma de existência histórica possui variegados pressupostos: a) desenvolvimento dos transportes; b) desenvolvimento do comércio; c) transformação do servo em trabalhador livre; d) adaptação do direito romano à realidade capitalista para garantir o processo de exploração; e) produção de ideologia, para “*envelopar*” a realidade fazendo com que ela pareça o que não é etc. A produção nesta sociedade é feita para o lucro, ou melhor, ele se constitui no seu objetivo maior. Dessa forma pode-se afirmar que

O produto - propriedade do capitalista - é um valor de uso: fios, calçados etc. Mas, ainda que os calçados, por exemplo, formem de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um decidido progressista, ele não fabrica calçados por amor a calçados. O valor de uso não é precisamente, na produção de mercadorias, a coisa *qu'on aime pour lui-même*. Na *produção de mercadorias* os valores de uso se produzem pura e simplesmente porque são e enquanto são a *encarnação material, o suporte do valor de troca*. Nosso capitalista persegue dois objetivos. Em primeiro lugar, produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, produzir um artigo destinado à venda, uma *mercadoria*. Em segundo lugar, produzir uma *mercadoria cujo valor cubra e ultrapasse a soma de valores invertidas em sua produção*, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais *adiantou* seu bom dinheiro no mercado de mercadorias. Não lhe é suficiente produzir um *valor de uso*; não, ele quer produzir uma *mercadoria*; não só um valor de uso, senão um valor; e tampouco se contenta com um valor puro e simples, senão que aspira a uma *mais-valia*, a um *valor maior*.⁸ (Tradução livre, CL).

Diferentemente da *República*, de Platão, em que o trabalho era visto como uma atividade não própria do homem, mas de sub-homens, a sociedade capitalista erige o trabalho humano como fundamental para construir a sociabilidade do mundo do capital. Para a realidade capitalista, o homem é aquele que trabalha. O capitalismo generaliza positivamente o trabalho. A sociedade capitalista é a sociedade do trabalho. É assim porque por meio dele é que o proprietário do capital se apropria da forma social do excedente neste modo de produção: a mais-valia. Paradoxalmente o problema que se põe, aí, é que o trabalhador é reduzido a uma mera mercadoria já que vende sua força de trabalho para o capital. A sua vida só tem sentido enquanto produz para aumentar o lucro comercial, o lucro industrial, o lucro bancário, a renda da terra, o dinheiro imposto etc. A riqueza produzida pelo trabalhador assalariado e apropriada pelo capitalista precisa constantemente crescer, ser capitalizada, e só o faz sobre a exploração do

⁸ MARX, Karl. *El Capital*, Livro 1, México, FCE, 1973, p. 138.

trabalho humano virado mercadoria. Nesta sociedade que possui, *in potentia*, todas as condições necessárias ao bem-estar da humanidade, para o atendimento das necessidades humanas, as condições de produção colocam na vida do homem o selo, a marca da menoridade em detrimento da produção do lucro. Nesse sentido,

o estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, [...] em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.⁹

No mundo da concorrência, os capitalistas são constrangidos a inventar cientificamente e inovar tecnologicamente a fim de escapar à perequação da taxa de lucro e quiçá a seu defenestramento do mercado. Como a produção de mercadorias não obedece a uma planificação central e, portanto, há toda possibilidade de um *general glut* por causa da plethora de capital-mercadoria, o Estado tem que intervir para garantir a reprodução do *capital em geral*. Diferentemente do que é afirmado a quatro ventos, ou seja, de que a concorrência seria um estímulo à vitalidade do capital, no real, quando a acumulação chega a um determinado patamar, a concorrência mata porque se transforma em centralização do capital.¹⁰ Há, aí, a transformação da quantidade em qualidade. Isso significa dizer que o processo acumulativo atingiu um patamar que o obriga a uma mudança qualitativa.

A complexidade da divisão social do trabalho no capitalismo abrange, naturalmente, a cultura, a ideologia, a filosofia, o direito, a economia etc. que compõem a *totalidade concreta* em que se constitui a sociedade. Como as relações capitalistas são contraditórias e excludentes, há necessidade de todo o arcabouço jurídico para regular e garantir a reprodução das classes sociais que constituem este regime de produção. O Direito assume toda a sua importância nesta sociedade cindida, pois da mesma forma que o capitalismo não pode viver sem a exploração do homem, sem a produção de mais-

⁹ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*, SP, Boitempo, 2004, p.82.

¹⁰ “Recorde-se, ademais., que ao desenvolver-se o regime capitalista de produção, *umenta o volume mínimo do capital individual necessário* para explorar um negócio em condições normais. [...] Aqui a concorrência atua vertiginosamente, em razão direta ao número e em razão inversa ao volume dos capitais que rivalizam entre si. E termina sempre com a derrota de muitos capitalistas pequenos, cujos capitais são engolidos pelo vencedor, ou desaparecem.” MARX, Karl. Op. Cit. 6, p. 530. (Tradução livre, CL).

valia, também não pode viver sem as leis que garantam essas relações e, mais, sem as leis que garantam a existência e reprodução das classes sociais polarizadas. Para garantir as relações privadas entre sujeitos sociais com poderes diferenciados é que o poder público – como negação do privado – intervém com a aura de neutralidade. Nesse sentido, é que

O Estado jurídico, é uma miragem, mas uma miragem muito conveniente para a burguesia, pois ele substitui a ideologia religiosa, porque não reflete inteiramente a realidade objetiva, ainda que se apóie sobre ela. A autoridade como “vontade geral”, como “força do direito”, se realiza na sociedade burguesa na medida em que esta representa um mercado. [...]

Os proprietários de mercadorias, livres e iguais, que se encontram no mercado, não são como na relação abstrata de apropriação e alienação. Na vida real, são vinculados por todos os tipos de relações de dependência recíproca; como, por exemplo, o pequeno comerciante e o comerciante atacadista, o camponês e o proprietário fundiário, o devedor arruinado e o seu credor, o proletário e o capitalista. Todas estas inúmeras relações concretas de dependência constituem o fundamento real da organização do Estado. Contudo, para a teoria jurídica do Estado é como se elas não existissem. E mais, a vida do Estado consiste em lutas entre diferentes forças políticas, de classes, de partidos, de todos os tipos possíveis de agrupamento; é aí que se escondem os verdadeiros mecanismos do Estado.¹¹

4 - Da produção de não-mercadorias: a dominação do capital fictício

A formação econômico-social capitalista é, iniludivelmente, a mais revolucionadora sociedade que já existiu e, assim, tem passado por uma série de transformações no seio do processo histórico que vão desde a livre concorrência, passando pela concorrência monopolista-oligopolista até a dominação do capital fictício. Durante o século XIX o atendimento às necessidades da classe trabalhadora era efetuado pelo Estado capitalista que garantia educação e saúde para o trabalhador na ativa. O desempregado, aquele trabalhador potencial que não conseguia se inserir no processo produtivo-consuntivo capitalista, sobrevivia nas *workhouses*, nos *ateliers nationaux* mantidos pelo Estado do capital. Essa manutenção não significava, de forma alguma, preocupação com o

¹¹ PASUKANIS, Eugeny Bronislanovich. *Teoria Geral do Direito e o Marxismo*, RJ, Renovar, 1989, pp.

potencial trabalhador, com sua vida, com suas querências, com suas necessidades etc. O objetivo é outro, qual seja, a manutenção de um contingente de força de trabalho pronto, disponível para ser explorado pelo capital no momento em que o ciclo econômico seja revertido passando da crise para um patamar qualitativamente distinto no qual prevaleçam taxas de crescimento positivas, depois de saneada a economia.

O processo de desenvolvimento deste modo de produção é compelido, no início do século XIX, a diminuir relativamente os investimentos na produção de mercadorias necessárias à reprodução imediata da sociedade, elevando sobremaneira os recursos para a produção de mercadorias de luxo. Dessa forma se evitaria crises de subconsumo e realização, malgrado parte substantiva da sociedade não ter as necessidades humanas satisfeitas, muito pelo contrário, enquanto grassa a fome para a maioria da sociedade, para os alegres e risonhos capitalistas, a minoria, jorram os lucros em seus bolsos. Durante o século XIX e o seguinte a solução apontada foi extensamente utilizada. Na década de vinte do século passado substituiu-se a produção do transporte coletivo pela de transporte individual. O carro, a máquina que mudou o mundo, é o bem de luxo *par excellence*.

Vai ser no início do século XX que a produção direcionada para o atendimento das necessidades humanas dos *funcionários do capital*, conforme propositura do suíço Sismondi, vai sofrer nova e profunda modificação em seu *desideratum*. O processo de capitalização da mais-valia, fundado nos dois departamentos da economia, começa a se deparar com seu *finishing* nas duas primeiras décadas do século passado. A produção de utilitários, bens de luxo por excelência, se defronta com a crise de insuficiência de demanda efetiva dada a distribuição capitalista da renda nacional.

Com o esgotamento do padrão de acumulação capitalista produtor de mercadorias tanto do departamento I quanto do departamento II, o processo produtivo-consuntivo capitalista vai sofrer a maior metamorfose de sua história: a produção negadora de sua riqueza elementar, a mercadoria. A partir da crise de 1929, a produção de mercadorias se interverte em produção de não-mercadorias, ou seja, não-meios-de-consumo e não-meios-de-produção, fundadas no trabalho improdutivo-destrutivo. A par o fato de a reprodução ampliada do capital utilizar básica e fundamentalmente, pós-crise de 29, dois mecanismos macroeconômicos clássicos: emissão de moeda-estatal e endividamento público, o processo acumulativo provoca uma substantiva modificação

no momento em que a produção de mercadorias encontra seu limite. A partir de então a demanda monopsônica do Estado do Bem-Estar Social será decisiva para a consecução da dinâmica capitalista. A demanda estatal será efetuada por meio do dispêndio público em não-mercadorias, ou seja, produtos bélicos, espaciais, superinforvias, propaganda etc., que, naturalmente, resolverão malthusiano-keynesianamente a crise de 1929. O crescimento exponencial do departamento III, produtor de não-mercadorias, ao mesmo tempo em que possibilitará a “saída” temporária da crise de 1929, hipertrofiará, inexoravelmente, as relações com os demais departamentos. As novas, mas conflitivas e contraditórias relações intra e entre departamentos da economia ensejaram, em um primeiro momento, um desenvolvimento inusitado que restou conhecido como os trinta gloriosos anos. Nesse sentido, o novo processo de acumulação capitalista propiciou o desenvolvimento do Estado do Bem-Estar que é o positivo, o querido, o desejado, o amado, mas que trouxe sob ele o negativo, o amargo, a dívida pública interna e externa, a imensa dívida social, o desemprego, o Estado da guerra etc. No seio dessa dinâmica tortuosa, as necessidades do capital fictício sobrepõem as necessidades humanas e o sujeito capital, sujeito automático¹², em um segundo momento, o atual, se depara com a recessão, a depressão, a crise, ou seja, se defronta com seu limite, seu canto do cisne. Então, o negativo, capitaneado pelo capital fictício, apresenta em suas entranhas as mazelas de sua dinâmica capitalista assentada na lavagem do dinheiro, em furtos, roubos, narcotráfico, tráfico de órgãos, tráfico de mulheres etc., impondo despótica e autocraticamente suas necessidades. Já que o mundo do capital tem como *leit motiv* a produção do lucro, as necessidades da classe trabalhadora são postas de lado, restam dependentes, ancilares das necessidades do capital. O mundo das mercadorias e das não-mercadorias entra em crise e os governos perdidos aumentam seus gastos bélicos na tentativa de garantir a reprodução do capital em crise, ou seja, a saída vislumbrada na

¹² “...a mercadoria e o dinheiro funcionam como simples modalidades distintas de existência do próprio valor: o dinheiro como sua modalidade geral; a mercadoria como sua modalidade específica ou transfigurada podemos assim dizê-lo. O valor passa constantemente de uma forma a outra, sem perder-se nestes trânsitos e convertendo-se, assim, em sujeito automático. Se plasmamos as formas ou manifestações específicas que o valor que se valoriza reveste sucessivamente ao longo do ciclo de sua vida, chegaremos às seguintes definições: *capital é dinheiro; capital é mercadoria*. Na realidade, o valor se erige aqui em *sujeito de um processo* em que, sob mudança constante das formas dinheiro e mercadoria, sua magnitude varia automaticamente, despreendendo-se como mais-valia de si mesmo como valor originário ou o que tanto vale, *valorizando-se a si mesmo*. Com efeito, o processo em que engendra mais-valia é seu próprio processo e, portanto, sua valorização a *valorização de si mesmo*. Obteve, assim, a virtude oculta e misteriosa de engendrar valor pelo fato de ser valor. Lança ao mundo crias vivos, ou ao menos põe ovos de ouro.” MARX, K. Op. Cit. 6 pp. 109-110. (Tradução livre, CL).

crise completa do capital é a dizimação sistemática da vida humana: a guerra. Nesse sentido,

É verdade que uma grande parte do orçamento nacional está destinada, uma vez mais, a socorrer as instituições financeiras. Não há nenhum sinal evidente de ruptura com o neoliberalismo.

A controvérsia diz respeito igualmente às despesas do exército. No início de sua campanha presidencial, Obama declarou seu empenho para colocar um fim às “dezenas de bilhões de dólares de desperdício”. No entanto, longe de recomendar uma redução drástica dos orçamentos de defesa, acabou pedindo a integração das despesas de guerra no orçamento anual do governo e a “expansão do contingente militar”, como o recrutamento de 92 mil soldados complementares.

[...] No início do mês de abril, o governo Obama pediu um aumento de US\$ 83,5 bilhões a título de financiamento das guerras do Iraque e Afeganistão. Ao mesmo tempo, o ministro da defesa, o republicano Robert Gates, prepara para 2010 um orçamento de US\$ 536 bilhões. O que representa uma alta considerável das despesas com defesa.

Tais declarações se mostram em perfeita contradição com a doutrina do “New Deal verde” e parecem indicar que Obama não está mais inclinado em conter os déficits do governo americano nem em reduzir as despesas militares, antes qualificadas de “desperdício”.¹³

O espoucar da maior crise do capital, em setembro de 2008, deixou perplexos os mais variados analistas. A economia capitalista, em sua tortuosa dinâmica, mostra, com clareza, que o mercado, longe de se dinamizar equilibradamente, o que faz é agudizar os conflitos, contradições e antagonismos inerentes ao mundo do capital. O ideário neoliberal cai por terra na medida mesmo em que o capital agônico vislumbra como saída provisória uma intervenção estatal maciça, ou seja, novamente as proposituras se concentram nos remédios keynesianos que se impõem. Ressaltamos, mais uma vez, o fato de que aquando da crise de 1929 a economia capitalista era inteiramente diversa da economia capitalista contemporânea, vale dizer que o padrão de acumulação fundado nos bens de consumo duráveis entrou em crise e, então, a produção de não-mercadorias, sob o comando do capital fictício passou a determinar o processo produtivo-consuntivo.

O capital fictício, capital imaginário, não produz um átimo de excedente econômico e, então, sua valorização implica na sucção de parte substantiva da massa de mais-valia produzida na esfera da produção a fim de valorizá-lo o que, por outro lado, diminui a capitalização da

¹³ CLUSTERS, Peter. Economias verdes e crescimento zero, In, *Le monde diplomatique*, Brasil, maio, 2009, p. 11.

mais-valia pelo capital produtivo. Novamente a concorrência torna-se letal para os capitais em função e, mais que isso, letal para o atendimento das necessidades humanas. Nesse sentido,

É possível que hoje [4 de junho] haja uma choradeira geral com a quebra da GM. Mas enterrar em massa 40.000 dos últimos 60.000 postos de trabalho com filiação sindical não estropeará o dia de Jamie Dimon. Dimon é o presidente do conselho de administração do banco JPMorgan. Enquanto os trabalhadores da GM perdem seus benefícios de assistência em saúde na aposentadoria, seus postos de trabalho, os ganhos de toda uma vida; enquanto os acionistas se vêem sem nada de coisa alguma, e muitos credores, com um palmo de seus narizes, um punhado de privilegiados credores da GM – encabeçados por Morgan e Citibank -, em troca, esperam recuperar 100% de seus empréstimos a GM, por um assombroso montante de 6 bilhões de dólares.

Mas desta vez, não. Stevie, [...], tem um plano diferente para a GM: servir-se dos fundos de pensão para pagar ao Morgan e ao Citi.

Eis aqui o esquema: o que o Rattner pede ao tribunal de falências é, claramente, que confisque o dinheiro que a GM deve aos trabalhadores a título de seguro de assistência em saúde na aposentadoria. O dinheiro do fundo de seguros seria reembolsado via ações da GM. A porcentagem estaria entre 17% e 25% das ações. Seja como for, que valham 17% ou 25% das ações, bom...vamos ver quem é o rapaz que paga sua diálise com 50 participações no "acionariado" de uma companhia automobilística na bancarrota.

O Citibank e o JPMorgan, disse Rattner, deveriam cobrar toda a grana – 6 bilhões de dólares já, e em espécie – de uma companhia que não pode pagar nem os componentes automobilísticos nem as faturas oftalmológicas de seus trabalhadores.¹⁴

No momento de maior crise do mundo do capital, a farmacopéia ortodoxa volta sua artilharia contra os trabalhadores e dirige todos seus esforços visando a salvaguarda dos funcionários do capital. Novamente as necessidades do capital prevalecem em detrimento das necessidades humanas da classe trabalhadora.

31 de agosto de 2009

PALAST, Greg. *A quebra forçada da General Motors: o que ninguém explica*, In, www.cartamaior.com, 15/06/2009.

